Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro

Demonstrações contábeis acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2021

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis	3
Demonstrações contábeis	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e de 2020	11

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Grant Thornton Auditores Independentes

Rua Voluntários da Pátria, 89 | 5º andar | Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil

T +55 21 3512.4100

Aos:
Administradores e Conselheiros da
Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelo assunto descrito na seção "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros.

Base para opinião com ressalva

Conforme descrito na Nota explicativa n° 3.5.1 às demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2021 a Entidade mensurou as receitas e despesas com trabalhos voluntários de acordo com o item 19 da Interpretação Técnica Geral ITG 2002 (R1) – Entidade sem Finalidade de Lucros. Entretanto, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, esses valores não foram mensurados e não foram reconhecidos na demonstração do resultado do exercício, de modo que não há comparabilidade entre os dois exercícios. Não foi possível, com base em procedimentos alternativos de auditoria, quantificar os efeitos sobre as demonstrações contábeis comparativas.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, apresentados para fins de comparação, não foram examinados por nós e nem por outros auditores independentes. Realizamos procedimentos de saldos iniciais. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidade sem finalidade de lucros, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de agosto de 2022.

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1

© 2022 Grant Thornton Auditores Independentes. Todos os direitos reservados

Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro
CNPJ 03.383.822/0001-97
Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

ATIVO

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
			(não auditado)
Ativo circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.414	1.378
Contas a receber	5	75	-
Outros créditos	6	53	2
Total do ativo circulante		**2.542**	**1.380**
Ativo não circulante			
Imobilizado	7	12	5
Total do ativo não circulante		**12**	**5**
Total do ativo		**2.554**	**1.385**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro
CNPJ 03.383.822/0001-97

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
			(não auditado)
Passivo circulante			
Contas a pagar	8	5	-
Salários, provisões e encargos sociais a recolher	9	47	44
Impostos e contribuições a recolher	10	8	1
Outras obrigações		1	1
Total do passivo circulante		**61**	**46**
Patrimônio líquido	11		
Patrimônio social	11.1	1.339	673
Superávit do exercício	11.2	1.154	666
Total do patrimônio líquido		**2.493**	**1.339**
Total do passivo e patrimônio líquido		**2.554**	**1.385**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro
CNPJ 03.383.822/0001-97

Demonstração dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Notas	31/12/2021	31/12/2020
			(não auditado)
Receita líquida de atividades e serviços operacionais	12	3.181	1.799
Superávit bruto		**3.181**	**1.799**
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(2.102)	(1.153)
Superávit antes do resultado financeiro		**1.079**	**646**
Receitas financeiras	14	78	24
Despesas financeiras	14	(3)	(4)
Resultado financeiro		**75**	**20**
Superávit do exercício		**1.154**	**666**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro
CNPJ 03.383.822/0001-97

Demonstração dos resultados abrangentes
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
		(não auditado)
Superávit do exercício	**1.154**	**666**
Outros resultados abrangentes	**-**	**-**
Resultado abrangente total do exercício	**1.154**	**666**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro
CNPJ 03.383.822/0001-97
Demonstração das mutações do patrimônio líquido
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	Patrimônio social	Superávit do exercício	Total
Em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	**397**	**276**	**673**
Superavit do exercício	-	666	666
Transferência de superávit do exercício anterior	276	(276)	-
Em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	**673**	**666**	**1.339**
Superavit do exercício	-	1.154	1.154
Transferência de superávit do exercício anterior	666	(666)	-
Em 31 de dezembro de 2021	**1.339**	**1.154**	**2.493**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro
CNPJ 03.383.822/0001-97

Demonstrações dos fluxos de caixa
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de reais)

	31/12/2021	31/12/2020
Das atividades operacionais		**(não auditado)**
Superávit do exercício	1.154	666
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao caixa gerado/ consumido nas atividades operacionais		
Depreciações e amortizações	4	1
Resultado ajustado	**1.158**	**667**
Decréscimo/ (acréscimo) de ativos		
Contas a receber	(75)	-
Outros créditos	(50)	-
Acréscimo/ (decréscimo) de passivos		
Fornecedores	5	-
Salários e encargos sociais a recolher	1	(4)
Impostos e contribuições a recolher	7	(3)
Outras obrigações	1	(3)
Caixa gerado nas atividades operacionais	**1.047**	**657**
Das atividades de investimentos		
Aquisição de ativo imobilizado	(11)	(3)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	**(11)**	**(3)**
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.036**	**654**
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.378	724
No final do exercício	2.414	1.378
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	**1.036**	**654**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2021 e de 2020

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro (Associação ou Entidade) é uma associação sem fins econômicos e sem intuito político ou sectário que tem por finalidade contribuir para a formação de uma geração empreendedora, colaborando para o desenvolvimento social, econômico e cultural do país.

A Associação tem por objetivo: a educação, divulgando os princípios da livre iniciativa para a sociedade brasileira por meio da promoção gratuita de programas educacionais para alunos de escolas de nível fundamental, básico, médio e universitário de instituições públicas e privadas e de outras instituições e entidades, preferencialmente no Estado do Rio de Janeiro.

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração da Associação em 10 de agosto de 2022.

2. Elaboração e apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Bases de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis da Associação são de responsabilidade de sua Administração e foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC no 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos. Também, foram observadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, bem como de acordo com a NBC TG 1000 (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, aprovada pela Resolução CFC no 1.255/09.

2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Associação. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de real foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3 Julgamentos e estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas e premissas, cujos critérios são revistos de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

3. Principais práticas contábeis adotadas

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo. A Entidade considera equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

3.2 Imobilizado

3.2.1 Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição,

deduzido de depreciação acumulada. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

3.2.2 Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

	Taxa depreciação anual	Prazo de vida estimada anos
Móveis e utensílios	10%	10
Computadores e periféricos	20%	5
Máquinas, equipamentos e ferragens	10%	10

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

3.3 Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

3.4 Patrimônio social

O Patrimônio social é representado pelo Superávit ou Déficit acumulados, o resultado de cada exercício desde a data de sua constituição e são empregados integralmente nos objetivos sociais da Entidade.

3.5 Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

A receita operacional no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita é reconhecida quando existe evidência convincente de que: os riscos e benefícios mais significativos inerentes a prestação dos serviços se realizaram, for provável que os benefícios econômicos e financeiros fluirão para Entidade. Caso seja provável que descontos serão concedidos e o valor possa ser mensurado de maneira confiável, então o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional conforme as vendas são reconhecidas. As receitas segundo a ITG 2002 (R1) devem ser classificadas com restrição ou sem restrição.

3.5.1 Receitas e despesas de trabalhos voluntários

Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) Entidade sem Finalidade de Lucro, a Entidade mensura as receitas e despesas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da Administração sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Entidade haveria de pagar caso contratasse esses serviços em mercado similar. As receitas e despesas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício na qual a efetiva prestação de voluntariado ocorreu.

3.6 Resultado financeiro, líquido

As receitas financeiras abrangem, substancialmente, rendimentos de aplicações financeiras.

As despesas financeiras abrangem, principalmente, taxas bancárias.

3.7 Isenções fiscais

Em atendimento à ITG 2002 (R1) - entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução CFC n° 1409/2012, a Entidade apresenta a seguir a relação dos tributos objetos de renúncia fiscal. A Entidade não possui a obrigação de escrituração fiscal em função de sua natureza de entidade sem fins lucrativos. A Associação Junior Achievement do Rio de Janeiro é imune dos impostos sobre o patrimônio, renda e serviços, quais são IRPJ – imposto de renda da pessoa jurídica e imposto de serviços de qualquer natureza.

3.7.1 Imposto de renda e contribuição social

A Entidade é imune do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido por ser uma sociedade civil sem finalidade de lucros, que presta serviços para os quais foi instituída (Lei nº 9.532/1997 art. 12):

§ 3° Considera-se entidade sem fins lucrativos a que não apresente superávit em suas contas ou, caso o apresente em determinado exercício, destine referido resultado, integralmente, à manutenção e ao desenvolvimento dos seus objetivos sociais.

Parágrafo 2° - art. 15. Para o gozo da imunidade, as instituições a que se refere este artigo, estão obrigadas a atender aos seguintes requisitos:

(a) não remunerar, por qualquer forma, seus dirigentes pelos serviços prestados, exceto no caso de associações, fundações ou organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, cujos dirigentes poderão ser remunerados, desde que atuem efetivamente na gestão executiva e desde que cumpridos os requisitos previstos nos arts. 3° e 16 da Lei no 9.790, de 23 de março de 1999, respeitados como limites máximos os valores praticados pelo mercado na região correspondente à sua área de atuação, devendo seu valor ser fixado pelo órgão de deliberação superior da entidade, registrado em ata, com comunicação ao Ministério Público, no caso das fundações (Redação dada pela Lei nº 13.204, de 2015);

(b) aplicar integralmente seus recursos na manutenção e desenvolvimento dos seus objetivos sociais;

(c) manter escrituração completa de suas receitas e despesas em livros revestidos das formalidades que assegurem a respectiva exatidão;

(d) conservar em boa ordem, pelo prazo de cinco anos, contado da data da emissão, os documentos que comprovem a origem de suas receitas e a efetivação de suas despesas, bem assim a realização de quaisquer outros atos ou operações que venham a modificar sua situação patrimonial;

(e) apresentar, anualmente, Declaração de Rendimentos, em conformidade com o disposto em ato da Secretaria da Receita Federal;

(f) recolher os tributos retidos sobre os rendimentos por elas pagos ou creditados e a contribuição para a seguridade social relativa aos empregados, bem assim cumprir as obrigações acessórias daí decorrentes; (Vide ADIN Nº 1802)

(g) assegurar a destinação de seu patrimônio a outra instituição que atenda às condições para gozo da imunidade, no caso de incorporação, fusão, cisão ou de encerramento de suas atividades, ou a órgão público;

(h) outros requisitos, estabelecidos em lei específica, relacionados com o funcionamento das entidades a que se refere este artigo

Estará fora do alcance da tributação somente o resultado relacionado com as finalidades essenciais das entidades sem fins lucrativos. Assim, os rendimentos e os ganhos de capital auferidos em aplicações financeiras de renda fixa e variável não são abrangidos pela isenção (Lei nº 9.532/1997, art. 12, §2º e art. 15 §2º).

3.7.2 PIS

Por ser uma entidade sem fins lucrativos, a Entidade está sujeita ao pagamento da contribuição para o PIS calculada sobre a folha de salários à alíquota de 1% de acordo com a Lei n° 9.532/97.

3.7.3 COFINS e ISS

Por ser uma entidade filantrópica, é isenta do pagamento da COFINS e do ISS incidente sobre as receitas relativas às suas atividades próprias, de acordo com as Leis n° 9.718/98 e n° 10.833/03.

3.8 Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos – Resolução CFC no 1.409/12 (ITG 2002 - Entidade sem finalidade de lucros). Naqueles aspectos não abordados por esta ITG, foram aplicadas às normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis completos.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Caixa e bancos	70	271
Aplicações financeiras	2.344	1.107
Total caixa e equivalentes de caixa	**2.414**	**1.378**

As aplicações financeiras referem-se a certificados de depósitos bancários de curto prazo remuneradas por um percentual médio de 47,61% em 31 de dezembro de 2021 (87,83% em 31 de dezembro de 2020) prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e insignificante risco de mudança de valor.

5. Contas a receber

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Contas a receber – Terceiros	75	-
Total contas a receber	**75**	**-**

No saldo de contas a receber encontra-se os valores a receber oriundos da prestação de serviço Educador Junior Achievement realizada em 14/12/2021 e liquidado no início do exercício subsequente.

6. Outros créditos

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Adiantamentos a fornecedores	51	-
Outros adiantamentos	2	2
Total circulante	**53**	**2**

O saldo de adiantamento a fornecedores evidencia os pagamentos antecipados aos prestadores de serviço que serão compensados no exercício seguinte.

7. Imobilizado

	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2019 (não auditado)	**2**	**1**	**3**
Adições	3	-	3
Depreciação/ amortização	(1)		(1)
Saldo em 31 de dezembro de 2020 (não auditado)	**4**	**1**	**5**
Adições	11	-	11
Depreciação/ amortização	(3)	(1)	(4)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	**12**	**-**	**12**
Taxa média de depreciação %	20	10	-

8. Contas a pagar

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Materiais e serviços	5	-
Total	**5**	**-**

9. Salários, provisões e encargos sociais a recolher

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
Salários e encargos	10	9
Provisões para férias e encargos	37	35
Total	**47**	**44**

10. Impostos e contribuições a recolher

	31/12/2021	31/12/2020 (não auditado)
IRRF PF retido de folha	8	1
Total	**8**	**1**

11. Patrimônio líquido

O patrimônio líquido das entidades sem fins lucrativos engloba o patrimônio social, composto pelos resultados dos exercícios anteriores e do exercício findo, os quais devem ser incorporados por não haver possibilidade de distribuição de qualquer parcela, sendo aplicado em suas finalidades estatutárias como preceitua o artigo 14 do CTN – Código Tributário Nacional.

12. Receita líquida das atividades e serviços operacionais

	31/12/2021	31/12/2020
Receita com captação de recursos	2.532	1.799
Receita de serviços voluntários – administrativo	78	-
Receita de serviços voluntários – projetos	571	-
Receita operacional	**3.181**	**1.799**

13. Despesas gerais e administrativas

	31/12/2021	31/12/2020
Pessoal e encargos	(497)	(433)
Utilidades e serviços	(14)	(11)
Serviços de terceiros	(604)	(491)
Depreciação	(4)	(1)
Materiais e outros	(5)	(44)
Serviços voluntários – administrativo – Nota 13.1	(78)	
Serviços voluntários – projetos – Nota 13.2	(571)	-
Gastos com projetos	(178)	-
Outros	(151)	(173)
Total	**2.102**	**1.153**

13.1 Serviços voluntários - administrativo

	31/12/2021	31/12/2020
Presidente	(6)	-
Vice-presidente	(6)	-
Conselho fiscal	(12)	-
Conselho administrativo	(54)	-
Total	**(78)**	**-**

13.2 Serviços voluntários - projetos

	31/12/2021	31/12/2020
Mentoria	(571)	-
Total	**(571)**	**-**

As despesas com voluntários evidenciam as atividades não remuneradas por pessoas físicas que dedicam seu tempo para colaborar com a missão social da entidade e em conformidade com a Lei nº 9.608/1998 e a ITG 2002 (R1) os valores são reconhecidos como se ocorresse o desembolso.

14. Resultado financeiro

	31/12/2021	31/12/2020
Receita financeira		
Rendimento de aplicação financeira	74	22
Outras receitas financeiras	4	2
Despesa financeira		
Comissões e despesas bancárias	(3)	(3)
Outros juros, multas e atualizações	-	(1)
Resultado financeiro	**75**	**20**